A ORIENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: CONCEPÇÃO E PRÁTICA – INDAGAÇÕES DE UM EDUCADOR*

Esther Maria de M. Arantes**

1. Introdução; 2. A orientação da dissertação de mestrado.

1. Introdução

O educador lida com várias dificuldades:

1. Constrangimentos e cerceamentos impostos pela "burocracia estatal, que, por intermédio dos ministérios e das secretarias de educação, legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico (. . .) um discurso *do* poder que se pronuncia *sobre* a educação definindo seu sentido, finalidade, forma e conteúdo".[1]

2. A teoria da reprodução – e seus desdobramentos teóricos – que na década de 70, ao lhe tirar a ingenuidade a respeito da escola, colocou-lhe uma impotência: nada pode ser feito na escola – já que capitalista – a não ser assegurar a reprodução das relações de produção.

3. Dificuldades do aluno, que muitas vezes mal sabendo ler e escrever e com muitas lacunas em termos de conhecimento e informação, encontra enormes dificuldades no trato do texto teórico.

4. Dificuldades relativas ao próprio educador, que de uma maneira ou outra confirma, com sua prática, os ranços, tanto das aqui ditas teorias reprodutivistas como os da legislação que muitas vezes critica: uns, priorizando as atividades de elaboração de currículos, programas, exames, testes, seleções, avaliações, etc., esgotam a educação como questão meramente técnica e orçamentária; outros, ainda que perplexos, preocupam-se com a luta de classe (na teoria e na sociedade) pouco se dando conta da luta na classe (sala de aula) que no momento dirigem.

* Trabalho apresentado ao Seminário O Processo de Elaboração da Dissertação de Mestrado: Modelo *X*, criação. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, out. de 1985.

** Doutora em educação pela Universidade de Boston; professora no IESAE/FGV e no Departamento de Psicologia da PUC/RJ

1 Chauí, M. S. Ideologia e educação. *Educação e Sociedade*. São Paulo, Cortez/Autores Associados/Cedes, *2* (5): 27, jan. 1980. p. 27.

Neste contexto, também de baixos salários e condições aviltantes de trabalho, as questões propriamente educacionais, a nível universitário, têm sido relegadas a um certo esquecimento.

O propósito deste artigo é resgatar, para o ensino universitário, particularmente a pós-graduação, o debate educacional. Pretendemos trabalhar a questão da orientação da dissertação de mestrado, no que ela se contradiz e põe a nu, de maneira privilegiada, as questões do academicismo e de sua própria definição.

2. A orientação da dissertação de mestrado

A orientação da dissertação de mestrado não parece ser, à primeira vista, uma questão polêmica: um aluno, regularmente matriculado em um curso de mestrado, procura um de seus professores para expor-lhe seus interesses acadêmicos. Dependendo da disponibilidade de tempo, interesse e competência na área do estudo a ser feito, o professor aceita ou não a orientação. Esta negociação poderá durar um ou mais encontros, podendo implicar inclusive consultas a outros professsores. Uma vez combinados, inicia-se o processo de orientação. Com a ajuda do professor orientador o aluno deverá, em primeiro momento, elaborar um projeto de dissertação a ser avaliado por outros professores da instituição — em geral, um ou dois.

Neste projeto, deverá estar indicado, de maneira clara precisa e detalhada, o caminho a ser percorrido. É um roteiro de trabalho, um mapa da mina, e o aluno deverá demonstrar que está firme na direção: deverá ter delimitado uma área de estudo; demonstrar conhecimento da literatura existente; recortar, dentro do tema escolhido, o objeto de investigação; assinalar a importância e/ou relevância do estudo em termos científicos, social, político e/ou pessoal; oferecer indicações metodológicas de como o trabalho será realizado e demonstrar a viabilidade da execução do projeto tendo em vista tempo e recursos (cronograma e orçamento).

Aprovado o projeto, o aluno põe-se ao trabalho e dentro de um prazo que pode variar de um a dois ou três anos, o trabalho chega ao seu final: o aluno defende a sua dissertação perante uma banca examinadora, podendo assim obter o título de mestre.

Embora possamos dizer que estes sejam, em linhas gerais, os passos a serem percorridos na orientação em si, não traduzem toda a complexidade e dificuldade da prática como apontam para uma concepção da orientação que, ao que tudo indica, ainda não se questionou sobre os seus fundamentos.

Tudo isto para dizer que não consideramos tarefa fácil responder à questão: o que é orientar? Temos sempre nos perguntado sobre isto. Já nos encontramos diante de situações e demandas de orientação as mais diversas possíveis, não sendo infreqüentes razões não-acadêmicas para o pedido: "porque você é uma pessoa amiga"; "sensível"; "*hippie*".[2]

Em relação ao desenvolvimento da dissertação, às vezes o aluno começa muito entusiasmado e no decorrer do processo acontecem coisas em sua vida: casamento ou separação, filhos, obtenção ou perda do emprego, doenças, mudanças, etc., e a dissertação é posta de lado. Ou ao contrário, para outros alunos, eventos como estes possibilitam uma retomada dos trabalhos com maior vigor e maturidade.

Outra situação é quando o aluno, tendo perdido o interesse pelo estudo ou tendo se desiludido com o próprio curso, quer apenas se desfazer rapidamente de mais um requisito acadêmico, a fim de obter o título de mestre. Título que o ajudará a melhorar ou obter um emprego. Muitas vezes, a bolsa de estudo é o incentivo para o aluno continuar insistindo em um curso cujo valor já lhe escapa.

Há ainda casos em que o aluno, desejoso de experimentar o seu próprio estilo, tem pela frente com empecilho, não dificuldades pessoais ou financeiras, mas as próprias regras, normas, prazos e demais exigências e formalidades da academia.

Finalmente existe, evidentemente, a situação na qual o aluno parece se sentir bem e confortável em relação ao discurso acadêmico, seja porque com ele está de acordo, seja porque não crê que as concessões que tenha que fazer a este discurso sejam assim um preço tão alto a pagar.[3]

Desta forma, se a um determinado nível de abstração podemos postular uma concepção da orientação em geral, ao nível da prática, cada orientação tem sua própria história: particular, peculiar, singular. Ou seja: da concepção à prática existem muitas mediações e atravessamentos, sendo que uma das dificuldades desta prática é mesmo esta sua representação ou concepção, que lida com o discurso academicista como um fato não problemático: aceita o pressuposto da existência de uma linguagem objetiva, universal e portanto dita científica, na qual o aluno deva ser expressar; acredita na existência de um formato ideal do texto científico com início,

[2] Evidentemente, de acordo com o estilo do orientador e do aluno, os motivos não-acadêmicos para a demanda de orientação podem variar. O importante é deixar assinalado o fato de que a orientação às vezes envolve aspectos pessoais difíceis de serem avaliados, mas nem por isso, talvez, de menor importância em relação ao processo.

[3] Com estes exemplos, não tivemos a intenção de contemplar todas as posibilidades existentes na orientação.

meio e fim", como se dessa seqüência lógica surgisse um produto de qualidade necessariamente superior, mais científico do que produções dispersas e fragmentadas; pressupõe um centro gerador (teoria) de todas as questões dignas de serem examinadas, sendo outras questões consideradas menos nobres, marginais ou inviáveis; pressupõe a possibilidade definição de todos os termos de um problema, não sendo previsto o imponderável, a surpresa; acredita ainda que exista um número mínimo ou ótimo de páginas, conforme o texto seja definico como tese, dissertação ou monografia.

Qualquer texto (ou pelo menos a sua maioria) que fuja à assim caracterizada linguagem acadêmica ou científica é tido como literatura, poesia ou jornalismo, sendo insinuada com isto uma incompreensível incompatibilidade do fazer artístico com a produção científica.

Devido a isto, dissertações de pouco valor mas que atendam às normas e exigências acadêmicas podem e são aprovadas, enquanto que outros trabalhos mais ousados e às vezes incertos, mas que insistem em alguma questão, são de antemão barrados ou se lhes pede que, através de uma operação considerada neutra, transmudem estilo em formato acadêmico, como se nesta transformação o produto permanecesse o mesmo.[4]

A academia parece assim acreditar poder fornecer garantias de sucesso ou de qualidade do produto: através de procedimentos metodológicos ditos rigorosos e do uso uniformizado da escrita nos aproximamos da verdade.

Neste contexto, como fica o orientador que ousar tansgredir estes preconceitos? Como será ele considerado em sua comunidade acadêmica? Será ele responsabilizado pela boa ou má qualidade da dissertação? Sua competência como orientador será posta em questão? Perderá o emprego? Deixará de ascender na carreira docente? Encontrará parceiros que com ele queiram discutir esta prática?

Estando o orientador sujeito a pressões, pressionará por sua vez o aluno? Fará imposições, escudando-se na necessidade de cumprir requisitos acadêmicos? Buscará se garantir frente à instituição e à comunidade acadêmica?

Diante destas indagações podemos ainda nos perguntar se é possível e como compatibilizar desejo, requisitos institucionais e acadêmicos e a questão da sobrevivência material em se tratando da confecção da dissertação de mestrado.

É voz corrente entre alguns psicanalistas que "devagar é que se caminha depressa" e que "só depois do acontecido é que se sabe". Mas entre o discurso do psicanalista

[4] Em relação a estas questões, ver, por exemplo, de Lima, R. Kant de. *A antropologia da academia – quando os índios somos nós.* Petrópolis, Vozes/UFF, 1985.

e o do educador existirão semelhanças? A julgar por Freud, sim: existem três empreendimentos impossíveis: educar, governar, pasicanalisar. Mas estará o educador preparado e mesmo disposto ao exercício desta profissão impossível?

O que fazer com o academicismo quando ele dificulta a educação? E como desconsiderar que, apesar de verdadeiro o argumento de que vivemos em um país pobre, onde os recursos destinados ao ensino são escassos e que, portanto, neste contexto, o aluno de pós-graduação representa um investimento caro para a sociedade, dele se esperando algum tipo de retorno do saber, os educadores não se sintam tentados a dirigir os esforços dos alunos para determinada produção? A policiar suas atividades? A determinar o que é relevante?

Por todas estas considerações acredito que o orientador esteja numa posição contraditória, sem poder responder com clareza ao que lhe constitui. Muitas vezes é aquele sujeito que fica a meio caminho entre o feitor e o educador: por um lado a escuta do aluno e o que isto implica em termos do próprio desejo do orientador; por outro lado, um produto a ser apresentado atendendo a requisitos acadêmicos e normas institucionais, e o que isto implica não apenas em termos do desejo do aluno, mas, também do prestígio acadêmico e da própria permanência do orientador como empregado da instituição.

Como ser o orientador, digamos assim, o "advogado de defesa do aluno" diante da instituição e ao mesmo tempo "representante" da instituição para o aluno? Como desconsiderar a dificuldade de um empreendimento que fica entre a constatação de que há algo da ordem da transferência na relação orientador/orientando e que as relações de intermediação que o orientador faz entre o orientando e a instituição/discurso acadêmico são vitais para o orientador, já que deste empreendimento depende seu salário?[5]

Poder-se-ia contestar a importância destas indagações aludindo-se, inicialmente, ao fato de que o trabalho do educador não é da mesmo natureza que o trabalho psicanalítico. Que se de alguma forma algum fenômeno da ordem da transferência acontece na educação ele é de menor importância: secundário em relação a um objetivo principal que é o ensino e não a cura.

Ainda que seja assim, já que cada disciplina tem a sua especificidade e, sem entrarmos no mérito do que seja ensino e cura, ainda reconhecendo que não é psicoterapi-

[5] Há quem prefira não utilizar o conceito de transferência no contexto da educação, optando, por exemplo, pela palavra amizade. Para isto estamos atentos, embora preferindo, no momento, utilizá-la, ainda que com o risco de pouco rigor.

zando a educação, ou em outro movimento, pedagogizando os hospitais e as comunidades, por exemplo que os assim chamados técnicos, agentes ou profissionais de saúde, educação e assistência resolverão as suas grandes dificuldades, gostaríamos, a título de subsídios para posterior reflexão, lembrar aqui as palavras tanto de um educador quanto de um psicanalista:

"O trabalho pedagógico, por ser um trabalho, não é transmissão de conhecimento (para isto existem outros instrumentos), mas também não é um diálogo, uma comunicação intersubjetiva entre o professor e seus alunos. O professor trabalha para suprimir a figura do aluno enquanto aluno, isto é, o trabalho pedagógico se efetua para fazer com que a figura do estudante desapareça. Para isto, o professor precisa fazer um esforço cotidiano para que seu lugar permaneça vazio, pois seu trabalho é tornar possível o preenchimento desse lugar por todos aqueles que estão excluídos dele e que aspiram por ele e pelo qual não poderiam aspirar se já estivesse preenchido por um senhor e mestre. Porque existe o lugar do professor, mas existe como lugar vazio, todos podem desejá-lo e ninguém pode preenchê-lo senão sob o risco de destruí-lo[6]

"Há nítida incompatibilidade entre o discurso psicanalítico e o cientificismo "positivo". No que este nos oferece o presente de grego de um conhecimento objetivo com ares de *real*, ela vê um cavalo-de-pau, bichado de cupim bem escondido. Pois a descrição e classificação do modo de estruturação e de funcionamento de um *corpo*, ainda que de boa serventia como ferramental, eventualmente oportuno, de manipulação, não é atingimento do real, seja do biótico ou do físico, e menos ainda do social. Há, sim, *corpos*: físicos, biológicos astofísicos, animais, vegetais, até humanos e sociais — cujo fantasma se deixa descrever, mas através da *fantasia* do falante, a qual se protege o real no que o con-sidera dentro do princípio de realidade, entretanto não o *desvela* para nós" (gripo do autor).[7]

Uma segunda consideração poderia ser a de que a ousadia em termos acadêmicos (re-inventar a escrita, se re-alfabetizar, insistir no estilo, exercitar-se em práticas e discursos vivos) será feita, infelizmente, não apenas por aqueles alunos mais críticos e ousados, mas pelos mais capazes. Ou seja, que a tarefa de questionar padrões acadêmicos convencionais apenas poderá ser feita por aqueles poucos alunos bem dotados, capazes de grande poder de argumentação e brilho intelectual.

Se assim for, restará ao orientador fazer ainda algumas opções: concorrer ou não com seus colegas de profissão pela orientação dos assim ditos alunos bem dotados,

[6] Chauí, M. S. Ideologia e educação. *Educação e Sociedade*, Cortez/Autores Associados/Cedes, *2* (5): 39, jan. 1980.

[7] Magno, M.D. *A música*. Rio de Janeiro, Aoutra, 1982. p. 13.7-8.

numa disputa de prestígio que certamente não beneficiará a educação, e, resignadamente ou não, dispor-se a aceitar o quinhão que lhe couber na partilha dos menos dotados – não sem antes de propor a enfrentar a difícil questão de definir, com rigor, o que sejam alunos bem e maldotados.

Os educadores podem desejar um outro futuro.